

OLHARES SOBRE O TRABALHO NA ATUALIDADE: DESAFIOS DA LUTA POR DIREITOS EM TEMPOS DE CRISE

Resenha:

Trabalho em tempos de crise: desafios e perspectivas da luta por direitos / organizadoras: Maria Cristina Rodrigues, Márcia Barroso, Elina Pessanha. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. 286 p.

Stella Mendes de Castro Reis¹

Palavras-chave: Trabalho; Pandemia; Reforma Trabalhista; Precarização.

O livro *Trabalho em tempos de crise Desafios e perspectivas da luta por direitos*, organizado pelas professoras Maria Cristina Rodrigues, Márcia Barroso e Elina Pessanha, é um esforço coletivo de pesquisadores da área da Sociologia do Trabalho, do Direito do Trabalho e dos sindicatos. Composto por onze artigos, estruturalmente, é dividido em três grandes eixos temáticos: i) O Trabalho na era da globalização neoliberal: precarização e regressão de direitos; ii) Desafios do Teletrabalho na atualidade; e iii) Perspectivas da luta por direitos no Brasil. Seu objetivo central é propor reflexões sobre o panorama das relações de trabalho no atual estágio do capitalismo, com enfoque para o Brasil, compreendendo que após o ano de 2016, intensificou-se um cenário de retração de direitos trabalhistas, crise econômica, elevado índice de desemprego e desregulamentação progressiva. Simultaneamente, é possível observar o aprofundamento das desigualdades sociais, regras que obstaculizam as demandas da classe trabalhadora e fortes abalos sofridos por suas entidades representativas em decorrência da expansão de formas precarizadas de contratação, bem como da diminuição de captação de recursos financeiros e fomento de um discurso ideológico individualizante.

¹ Mestranda em Direito pelo PPGD, UFRJ. Graduada em Direito pela UFF. E-mail: stellamcreis@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9002232007305142>.

Feita esta breve contextualização, passaremos à análise individual e compilada de cada estudo presente na obra. O primeiro grande eixo temático é composto por três artigos, sendo o primeiro deles intitulado “Novo mundo do trabalho ou novos contornos de um mundo já conhecido?”, de autoria da pesquisadora Bruna Biesdorf Barro. Nele, a autora discorre criticamente sobre as narrativas ideológicas neoliberais alicerçadas na aparente neutralidade e determinismo das tecnologias, no “adeus” à classe trabalhadora e no suposto fim do sindicalismo. Afirma que tais construções fazem parte da estratégia do grande capital para manter e ampliar seu controle e exploração sobre o trabalho, a partir da negação do assalariamento e do controle das plataformas digitais sobre os trabalhadores, sob o falso pretexto de flexibilidade e autonomia. Com a superação de obstáculos narrativos e o lançamento do olhar para o sul global, é possível constatar que o atual formato das relações de trabalho, calcado no gerenciamento algorítmico, não inaugura uma nova natureza dita digital, mas tão somente novas roupagens que seguem reproduzindo dinâmicas já observadas, como o assalariamento (ainda que por peça), mais-valor e espoliação do trabalho humano.

O segundo artigo, escrito por Diego Moreira Maggi, cujo título é “Trabalho em vertigem: a evolução do mercado de trabalho brasileiro entre 2002 e 2019”, tem o escopo de verificar por meio de dados estatísticos oficiais as alterações no mercado de trabalho brasileiro durante o mencionado período. Verificou-se a existência de dois momentos distintos. O primeiro, de 2002 a 2014, em que as informações colhidas demonstraram uma tendência de crescimento de empregos formais e ganhos reais na remuneração média dos trabalhadores em todos os setores da economia brasileira. Já o segundo, que se inicia em 2015, na esteira do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, é caracterizado por perdas de ganhos trabalhistas, destruição de empregos formais, queda da remuneração média real, crescimento das taxas de desemprego e de subutilização da mão-de-obra. O setor industrial foi atingido com maior intensidade e a pandemia da Covid-19 se mostrou uma catalisadora desse cenário de retração. Tal processo de precarização, portanto, evidencia como equivocada a tese do fim do trabalho e da classe trabalhadora defendida por parte da literatura, porquanto o que se observou foi a ampliação do trabalho precário.

Encerrando a primeira sessão, o terceiro estudo denominado “Os efeitos da pandemia da covid-19 nas relações de gênero e raça no Brasil” foi desenvolvido por Lucilene Morandi e Hildete Pereira de Melo. As autoras sublinham os impactos socioeconômicos no contexto da pandemia, analisando o mercado de trabalho brasileiro e as disparidades de gênero e raça decorrentes do aprofundamento das desigualdades frente à crise sanitária da covid-19. São apresentados, ainda, diversos dados e indicadores que evidenciam a má gestão da pandemia por parte do Governo Federal, ressaltando a importância do auxílio emergencial para a contenção dos efeitos nefastos da perda de renda, sobretudo para os setores mais expostos a condições de vulnerabilidade. Por fim,

ressaltam que a pandemia afetou mais as mulheres, jovens e pessoas negras, destacando as desigualdades em relação às condições de emprego, salários e cargas de trabalho enfrentadas por estes grupos.

Inaugurando a segunda parte do livro, o artigo “O teletrabalho em domicílio: novos sentidos do trabalho”, de Márcia Regina Castro Barroso, busca compreender de forma crítica algumas das especificidades do trabalho realizado especificamente em residência e inserido no contexto atual de reestruturação produtiva. Inicialmente, apresenta algumas definições acerca do teletrabalho, em seguida, discorre sobre a diferença entre o conceito de teletrabalho e trabalho domiciliar, expondo as origens históricas deste último e a ideia do domicílio como uma “seção externa da fábrica”. Menciona os impactos destes novos paradigmas de trabalho na vida dos teletrabalhadores em domicílio, trazendo reflexões acerca da nova economia flexível e descentralizada, como a aceleração do tempo, aumento da competição e da autonomia entre os trabalhadores. Ao final, destaca a importância de se analisar esses novos paradigmas, sobretudo de modo a garantir a saúde física e mental dos trabalhadores.

“Percepções dos/as trabalhadores/as sobre o teletrabalho: reflexões a partir da pesquisa realizada pela CUT (SP e RJ), ABET e AMORJ” foi escrito por Patrícia Trópia, Bárbara Castro, Maria Cristina Rodrigues e Elina Pessanha e sintetiza alguns dados obtidos na pesquisa proposta pela CUT-SP à ABET, integrada também pelo AMORJ. As pesquisadoras discorrem sobre a implementação do teletrabalho no Brasil, que ganhou relevo com o contexto da pandemia da covid-19, e a forma como os/as trabalhadores/as percebem essas transformações em seu cotidiano laboral e familiar. Foram observadas as condições enfrentadas pelas mulheres, pois se observou a maior necessidade de conciliação das atividades laborais com o trabalho de cuidado (trabalho produtivo e reprodutivo), fazendo com que o grupo feminino assumisse múltiplas jornadas. Ademais, recebeu destaque as ações dos sindicatos durante o período da pandemia em diversas frentes, sobretudo com vistas à proteção do/a trabalhador/a mediante o contexto de precarização. Por fim, as autoras enfatizam a necessidade de ampliação da regulação do teletrabalho.

O terceiro artigo, de Karen Artur e Júlia Oliveira Pessôa, intitula-se “Teletrabalho em tempos de reforma trabalhista e de pandemia: uma análise de acordos coletivos trabalhistas na região de Minas Gerais”. Nele, as autoras inicialmente perquirem como a doutrina trabalhista e a Sociologia do Trabalho vêm abordando a temática do teletrabalho e, posteriormente, examinam 542 instrumentos coletivos editados no período entre março de 2020 e abril de 2021 em Minas Gerais, a partir de dados disponibilizados pelo DIEESE, com enfoque para esta temática. Foi possível observar uma tendência à desproteção dos trabalhadores no Brasil face à Reforma Trabalhista e à legislação editada durante a pandemia da covid-19. Ainda que haja a ponderação em relação às vantagens do teletrabalho, destacadas por muitos/as trabalhadores/as, as autoras evidenciam algumas percepções críticas, sobretudo no que concerne à

transferência dos riscos e ônus da atividade para o trabalhador, à falta de controle da jornada e inobservância ao direito à desconexão, bem como à tendência à individualização dos contratos e fragilização das negociações coletivas.

A terceira parte da obra denominada “Perspectivas da luta por direitos no Brasil” engloba o eixo de resistência dos/das trabalhadores/as, com foco para as ações e sujeitos coletivos. “O sindicalismo depois do fim do mundo: experiências de hoje e desafios para o amanhã” é o primeiro artigo que compõe esta terceira parte e foi escrito por José Luiz Soares. Inicialmente, são apresentados os condicionantes econômicos, jurídicos e políticos do sindicalismo contemporâneo, além dos impactos das transformações do capitalismo, que a partir da década de 1970 passou a operar com menos emprego, menos direitos e com trabalhos precários, o que ocasionou a fragilização do sindicalismo. Trata também da importância dos sindicatos de trabalhadores/as no Brasil contemporâneo e como eles têm atuado desde a reforma trabalhista de 2017, mapeando algumas das principais agendas e atuações de sindicatos de base, centrais sindicais e confederações desde 2003, endossando a importância dessas entidades para a efetivação de política de valorização real do salário mínimo e negociações menos díspares. Por fim, são apresentados alguns dos desafios que o sindicalismo brasileiro deverá enfrentar nos próximos anos, destacando a importância do contexto político e da atuação conjunta com os movimentos sociais. Novos repertórios de ação também são ventilados pelo autor, enfatizando a necessidade de formação de consensos e da comunicação por meios digitais.

Em sequência, a pesquisa “Sindicato dos metalúrgicos em tempos de crise: uma análise exploratória das Negociações Coletivas no contexto da pandemia de covid-19”, de Maria Carolina Barcelos Ferreira, nos oferece um panorama consistente sobre os impactos da Reforma Trabalhista e da pandemia da covid-19 nos Instrumentos Coletivos de Trabalho de determinadas categorias, com enfoque para os metalúrgicos do Sul Fluminense do Rio de Janeiro (o SINDMETAL-SF). A autora apresenta um compilado dos principais focos de alteração legislativa da Reforma e expõe o ponto de coletivas entidades no período pandêmico. Ao final, apresenta uma análise qualitativa das cláusulas em negociações coletivas de fevereiro de 2020 a setembro de 2021 do SINDMETAL-SF com indústrias do setor automotivo, referentes à pandemia da covid-19, assim como uma entrevista informal com um dirigente do referido sindicato, sendo possível concluir um movimento de precarização de direitos conquistados. Não obstante, destaca a importância desses atores coletivos, retomando as palavras do dirigente: “se está ruim com o sindicato, ainda estaria pior sem ele”.

Em “Ação sindical internacional e regulação do trabalho em empresas multinacionais do setor automotivo - o caso da Volkswagen”, Tarik Dias Hamdan examinou as ações coletivas internacionais dos trabalhadores em corporações multinacionais, com foco para a Volks, e a constituição de mecanismos globais de regulação do trabalho. Enfatizando as transformações no mundo laboral

operadas pelo modelo flexível, chamado toyotismo, o autor trouxe novas formas de organização dos trabalhadores a nível transnacional, tendo em vista a atuação das corporações em cadeias globais de produção. Mediante o estudo de caso dos Acordos Marco Internacionais (AMIs) firmados pela Volks, foi possível demonstrar formas sindicais inovadoras e a capacidade do movimento sindical de operar em diferentes escalas (local, regional e global), apesar das limitações verificadas, como, por exemplo, o caso de Chattanooga, nos EUA, em que houve um boicote da empresa ao acordo global vigente.

Logo após, no artigo “Classe trabalhadora, redes sociais e ação coletiva no Brasil: a experiência de caminhoneiros e entregadores”, Marco Aurélio Santana e Jorg Nowak exploram as possibilidades e os limites do uso das mídias sociais para ação da classe trabalhadora, centrando as análises em dois movimentos recentes distintos: a greve dos caminhoneiros de 2018 e a greve nacional dos entregadores, o “Breque dos apps”, de 2020. Após tecerem observações sobre cada um dos movimentos, os autores concluem que o uso da internet 2.0 em prol do ativismo dos trabalhadores possui um caráter ambivalente em relação à visibilidade. Além disso, indicam a efetividade das mídias sociais para o *start* das mobilizações, porém sua consolidação em médio e longo prazo apresenta limitações, o que dá indícios da necessidade de complementariedade tática entre a ação coletiva e ação conectiva. Assim, diagnosticam que os movimentos devem fugir do congelamento tático lançando mão de novos repertórios de ações, o que a ação conectiva isolada acaba por não proporcionar.

A obra coletiva se encerra com o artigo “Reforma Trabalhista em xeque: desafios para a reconstrução do Direito do Trabalho brasileiro”, de Sayonara Grillo. O estudo examina alguns pontos da Reforma Trabalhista de 2017, compreendida pela autora como parte de um conjunto legislativo autoritário e de austeridade que reforçou a precariedade laboral e desconfigurou o Direito do Trabalho brasileiro. Diagnostica como necessária a reformulação do Direito do Trabalho com vistas a: combater a informalidade e precariedade laboral, a discriminação de gênero e raça, a revisão de aspectos processuais que limitam o acesso à justiça do trabalho, a reconstrução do direito coletivo do trabalho, o fortalecimento dos sindicatos, o restabelecimento da primazia das normas legais sobre as contratuais e da norma mais favorável. Tais pontos perpassam pela revogação da Reforma, com destaque para a importância do movimento @Revogajá e da efetivação da CRFB/88 como norte para a reconstrução do Direito do Trabalho e da democracia.

A obra possui um caráter interdisciplinar e, como bem aponta suas organizadoras, auxilia os leitores na intelecção dos processos históricos que alteraram as formas de trabalho. Possui, ainda, o eminente propósito de fomentar a renovação da esperança e da capacidade ética e política de pensar e agir em defesa dos direitos e garantias da classe trabalhadora no Brasil, servindo, portanto, como inspiração a outros/as pesquisadores/as da área.

Referência Bibliográfica

BARRO, B. B. *et al.* **Trabalho em tempos de crise: desafios e perspectivas da luta por direitos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. 286 p.